

1 - Quais devem ser os objectivos da futura política de desenvolvimento rural?

a) - Eficiência e competitividade económicas através das seguintes medidas:

- Apoiar e estimular iniciativas empresariais no sector primário, premiando a inovação, a competitividade e a criação de emprego qualificado;
- Fomentar o empreendedorismo no âmbito das produções biológicas;
- Contribuir activamente para a renovação e dinamização do tecido empresarial e para a estruturação de uma cadeia de valor centrada na economia local, tornando-a mais competitiva e geradora de riqueza;
- Valorizar os produtos endógenos com base na definição de uma estratégia de mercado (identificação de clientes alvo, adaptação de produtos, renovação de imagem), garantindo a sua preservação e valorização;
- Criar melhores condições de vida para as populações, para a instalação de empresas e atrair mais investimento;
- Garantir uma qualidade certificada dos produtos e coesão social, reforçando as ferramentas de apoio ao desenvolvimento rural, com provas dadas;
- Defender uma regulação do mercado interno e externo europeu agrícola, de forma justa, proporcionando equidade entre os diferentes países, face ao actual cenário competitivo e/ou proteccionista dos novos mercados emergentes;
- Estimular o desenvolvimento e a revitalização dos espaços pela criatividade, pelo talento e pela multiplicidade e troca de experiências entre população residente e novos empreendedores criativos.

b) – Bens públicos rurais:

- Preservação da paisagem: despertar a curiosidade dos jovens para as actividades do sector primário, designadamente para a sua importância económica e para o seu papel determinante na preservação da paisagem (sendo este um dos recursos essenciais para a promoção do turismo). A maior parte dos benefícios de

uma paisagem diversificada, tradicional e bem conservada serão usufruídos no contexto do próprio país, nomeadamente na atracção de recursos humanos qualificados ou através do turismo;

- Protecção ambiental: preservar o património natural, garantindo que os elementos/recursos naturais cumprem padrões de qualidade que permitam a sua integração em estratégias de valorização ambiental;
- Promover, preservar e interligar os elementos naturais, os espaços de apropriação humana (construídos e não construídos) e o património cultural, como factores de afirmação que traduzem uma oferta integrada, de qualidade;
- Promoção de redes de cooperação e fomento da utilização das TIC para acesso a informação, troca de experiências e qualificação.

2 – Como tornar mais eficazes os instrumentos de política?

- Considerar o desenvolvimento rural como um processo integrado, devendo ser esta a forma ideal de planeamento;
- Política público-privada dinâmica capaz de responder em tempo útil às necessidades da sociedade civil e do tecido empresarial, e que premeia o empreendedorismo, a inovação, a criação de riqueza e a educação da população;
- A descentralização das decisões financeiras, as competências necessárias e compatibilização de métodos e procedimentos em situações diferenciadas;
- Encarar o desenvolvimento de forma integrada e não sectorial;
- A cooperação entre territórios e organização em rede, ganhando e potenciando as sinergias;
- Continuar e melhorar a implementação da abordagem ascendente “bottom-up”, tirando partido da participação, do conhecimento e das experiências acumuladas;
- Fomentar a liderança das ADL’s suportada por fortes parcerias internas e externas, públicas e privadas. O encontro de interesses e vontades, por vezes de tão difícil equilíbrio, assume com as ADL’s dinâmicas muito pertinentes e úteis para os territórios.

3 – Como poderemos melhorar a gestão da política?

- Maior articulação e complementaridade entre o Desenvolvimento Rural e as outras áreas, designadamente a agricultura, o ambiente, a economia, o emprego, o turismo;
- Coordenar e conjugar políticas públicas e, simultaneamente, aproximar as mesmas das entidades/beneficiários locais;
- Renovar organismos do sector;
- Melhorar e tornar a gestão mais eficaz, diminuindo o número de organismos na administração central e reforçar a autonomia nas decisões das entidades locais;
- Valorizar, exponenciar e rentabilizar a experiência obtida na gestão das diversas iniciativas que têm sido implementadas nos territórios rurais;
- Maior envolvimento e sensibilidade dos recursos humanos que trabalham com as políticas de desenvolvimento para a realidade efectiva dos territórios rurais;
- Aumentar a participação e representatividade dos diversos sectores/entidades públicas e privadas na definição e monitorização das estratégias de desenvolvimento locais;
- Rentabilizar a panóplia de diagnósticos já existentes, implementando-os no terreno.